

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 14, número 23 – 2016

EDITORIAL

No início do mês de abril, Dermeval Saviani evidenciou que a crise política atual no Brasil estava atravessada por um Golpe de Estado, uma vez que o mecanismo para acionar o impeachment de Dilma Rousseff, sob a justificativa de combate à corrupção, apontava para a farsa de uma “presidenta que não cometeu crime algum” ser julgada e condenada por “um bando de corruptos” – uma Comissão de impeachment com “mais da metade de seus membros em investigação”, bem como uma Câmara com 302 deputados “na mesma situação”. Além disso, o intelectual também alertava para um movimento em que a farsa se transformaria em tragédia, caso a aprovação do golpe não fosse evitada, consolidando “um Golpe de Estado jurídico-midiático-parlamentar”¹ que põe em risco a nossa frágil democracia.

Pouco mais de uma semana separa o momento em que escrevemos este Editorial da decisão da Câmara dos Deputados para o processo de impeachment seguir para o Senado Federal. Foram 367 votos a favor e 137 contra, além de sete abstenções e duas ausências.

Considerando o processo dessa decisão no domingo do dia 17 de abril, Mauro Iasi analisa o “ritual grotesco da sucessão de discursos que antecederiam os votos” dos deputados e deputadas, ressaltando uma “carnavalização política que nos foi imposta”, que ficou marcada, por exemplo, pela “homenagem do fascista Bolsonaro ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra”².

Ainda sobre esse processo, Marcelo Badaró Mattos também caracteriza o que avançou na Câmara como um golpe, ressaltando “uma manobra parlamentar oportunista”, pois observa que o “processo de impeachment está

¹ Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia/278668-1>, acesso em 26/04/2016.

² Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/20/problemas-com-o-espelho/>, acesso em 26/04/2016.

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 14, número 23 – 2016

sendo admitido pela câmara dos deputados por oposição política ao governo petista, não por pedaladas ou outras justificativas processuais”³.

Esses elementos sobre a conjuntura política atual revelam desafios importantes para identificar a correlação de forças que atravessa os sentidos e as práticas de democracia que se materializam na vida coletiva, com destaque para os desdobramentos nas estratégias da classe dominante que buscam reafirmar seus interesses combinando consenso e coerção.

Isso nos remete à análise do marxista italiano Antonio Gramsci sobre as mudanças ocorridas nas primeiras décadas do século XX no contexto do capitalismo monopolista, que, por meio de um intenso movimento de afirmação do novo como forma atualizada de continuidade do velho, configuraram um determinado modo de produção da existência humana (âmbitos econômico, político e cultural), definindo os Estados democráticos contemporâneos como “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2000, p.244).

O conjunto das produções acadêmicas do vigésimo terceiro número da Revista Eletrônica Trabalho Necessário apresenta importantes reflexões para apreender essa combinação entre consenso e coerção, bem como contribui com o debate sobre o atual e complexo contexto do nosso regime democrático.

Abrimos este número de nosso periódico com uma importante reflexão sobre democracia. No artigo “Democracias de iniciativas populares: ‘a cada uno según sus necesidades, de cada uno según sus capacidades’”, Tomás Villasante evidencia a relação de uma democracia sustentável com as necessidades sociais, ressaltando a “diversidade que uma democracia deve ter, vinda desde ‘baixo’, semelhante à diversidade dos ecossistemas para que estes sejam sustentáveis”. Nessa perspectiva, o autor apresenta “uma proposta de democracia de iniciativas, participativa e instituinte”.

³ Disponível em <http://blogjunho.com.br/jogo-jogado/>, acesso em 26/04/2016.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X

ano 14, número 23 – 2016

Já o segundo artigo, “E. P Thompson e exterminismo: estratégia pacifista e luta”, de autoria de Ricardo Muller, apresenta uma importante contribuição para o debate da combinação entre consenso e coerção. O autor resgata as contribuições teóricas de Thompson, enquanto historiador e militante político, ressaltando a articulação do seu conceito de exterminismo com a “sua luta pelo fim da Guerra Fria, e pela causa humanista e pacifista”, o que significa apreender a realidade de um contexto histórico marcado pelo confronto nuclear.

Os quatro artigos seguintes contribuem com o debate sobre democracia a partir de reflexões importantes para compreender as políticas públicas e os processos de formação humana no Brasil contemporâneo, tendo em vista a correlação de forças entre sociedade política e sociedade civil.

O artigo “Reforma universitária no governo Lula: o que queriam os industriais?”, assinado por Allan Kenji Seki e Olinda Evangelista, contribui com uma análise sobre “as propostas educacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – fração específica do capital – para as universidades públicas no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)”, evidenciando as bases de um ideário pedagógico alicerçado “na ‘Teoria do Capital Humano’ e na concepção de ‘sociedade do conhecimento’”, o que exige da classe trabalhadora “romper absolutamente com qualquer projeto de aliança com os industriais”.

O trabalho de Alisson Slider do Nascimento de Paula, sobre “Educação a distância e a expansão mercantil do ensino superior brasileiro”, busca “desvelar o caráter mercadológico da expansão de vagas no nível de ensino em tela, que surge sob o véu de democratização”, identificando os vínculos com os interesses para afirmar “um nicho mercantil imprescindível para o atual modo de acumulação do capital”. O autor também ressalta “a corrosão do tripé indissociável ensino – pesquisa – extensão”, tendo em vista um processo “que está em curso no Brasil desde a década de 1960” e que, na conjuntura

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 14, número 23 – 2016

contemporânea, revela “algo plenamente manifesto na vigência das escolhas neoliberais”.

O artigo de Luciana Rodrigues Ferreira e João dos Reis Silva Júnior, por sua vez, dedica-se à análise sobre “A produção científica do professor pesquisador jovem-doutor”, explicitando o “produtivismo acadêmico” que atravessa o trabalho desse sujeito na universidade pública, com destaque para as “políticas educacionais que visam a mudanças estruturais na própria universidade e podem alterar toda cultura na produção de conhecimento e na relação do professor com seu trabalho”. Segundo os autores, no contexto do novo processo de avaliação da pós-graduação, os professores jovens-doutores investigados vivenciam uma contradição marcada pela “*paixão pelo trabalho docente*” e pela “*pressão e estranhamento causados pelo mesmo*”, o que reafirma a “influência do capital nas relações humanas”.

Encerramos a seção de artigos com uma importante contribuição de Ana Violeta R. Durão para o campo do materialismo histórico, cujo trabalho sobre “Relações de gênero e a formação das agentes comunitárias de saúde no município do Rio de Janeiro” analisa o processo de institucionalização do trabalho dessas agentes com base nos conceitos thompsonianos de experiência e de cultura. Tendo em vista o processo de mudança impulsionado pela Reforma da Atenção Primária, a autora ressalta que, se por um lado, “a cultura do trabalho arduamente construída vem desmoronando”, por outro, “recuperar a história dessas trabalhadoras”, na perspectiva de construir “uma história ‘vista de baixo’”, significa resgatar “as experiências que vêm conformando a sua cultura profissional” e lançar “luz sobre os limites e as possibilidades dessas mulheres se contraporem às políticas em curso”.

Nessa edição, a coluna Memória e Documentos conta com duas importantes contribuições. Primeiramente, Moacyr Salles e Inêz Stampa trazem uma reflexão sobre “Ditadura militar e trabalho docente”, contribuindo para o debate sobre as estratégias coercitivas da classe dominante e as repercussões

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X

ano 14, número 23 – 2016

para o movimento histórico da luta de classes. Ao resgatar documentos que registram “mecanismos de resistência docente no período do regime militar”, os autores evidenciam que o papel central do trabalho docente na formação de cidadãos críticos “em parte explica a perseguição aos docentes travada no período ditatorial, como também a que se vem observando nos dias atuais, através de interferências dos organismos internacionais, da centralização das decisões efetivada nas secretarias de educação e por movimentos, como o Escola Sem Partido, que não é neutro, mas tem interesses políticos e ideológicos”.

Finalmente, Sonia Maria Rummert resgata o Prefácio do intelectual marxista grego Nicos Poulantzas no livro “A internacional comunista e a escola de classe”, de 1977, de Daniel Lindenbergl. Por registrar dimensões importantes do movimento operário na experiência da terceira Internacional, considerando as contribuições que buscaram sistematizar “a ideologia proletária e a teoria marxista-leninista”, trata-se de um documento histórico que traz reflexões muito relevantes para o debate sobre a luta de classes. Nesse pequeno e denso texto, o marxista grego afirma que a reprodução das classes sociais, em relação dialética com os aparelhos do Estado, “não se faz sem lutas, contradições e fricções constantes no seu seio”, o que evidencia o “primado da luta de classes sobre os aparelhos”.

Esse conjunto de produções acadêmicas reafirma o compromisso da revista Trabalho Necessário com a democracia e, concomitantemente, com a luta contra-hegemônica na perspectiva de superação do modo de produção capitalista, o que significa contribuir com o processo em que a teoria se torna força material⁴.

Boa leitura a todos.

As Editoras

⁴ “A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas” (MARX, 2010, p.151).

Trabalho *necessário*

Issn: 1808 - 799X
ano 14, número 23 – 2016

Referências

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.